

## **Atores, projeto regional e uma nova perspectiva de territorialização frente à chegada do COMPERJ – Rio de Janeiro - Brasil<sup>1</sup>**

### **Resumo <sup>1</sup>**

O artigo desenvolve uma reflexão acerca dos processos de transformação territorial a partir da instalação de um grande empreendimento regional: o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, COMPERJ. Apresenta e analisa o atual projeto de desenvolvimento da região, construído sob a retórica oficial da sustentabilidade e do compromisso social. Aborda a emergência do conflito entre os atores vinculados ao projeto, frente aos indicadores sociais que caracterizam a região, à precariedade da infra-estrutura instalada nas áreas urbanas, ao crescimento da informalidade, da urbanização acelerada e dos diferentes interesses políticos dos atores locais/regionais/nacionais (consórcio regional, atores municipais, sociedade civil, governos, empresa) envolvidos na produção de agendas de desenvolvimento. Conclui pela necessidade de aprofundamento da articulação de atores na construção democrática de agendas alternativas capazes de identificar as estratégias e instrumentos mediante os quais possa ser alcançada uma distribuição mais equitativa e inclusiva dos benefícios da urbanização, no enfrentamento do cenário de incertezas e conflitos advindos da instalação do empreendimento.

---

<sup>1</sup> Artigo encaminhado ao XII EGAL - EIXO TEMÁTICO 5 – DINÂMICA URBANA

## **Atores, projeto regional e uma nova perspectiva de territorialização frente à chegada do COMPERJ – Rio de Janeiro – Brasil**

### **Introdução**

#### **Reconfiguração das Dinâmicas Territoriais e Articulação de Atores Frente à Chegada do COMPERJ**

O presente trabalho assume como principal questão a análise dos processos relacionados à reconfiguração territorial do Leste Fluminense no Estado do Rio de Janeiro a fim de compreender as novas dinâmicas relacionadas a um território em franca transformação, com o advento de um grande projeto regional: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. Dentre as dinâmicas serão focalizados, em especial, os processos de articulação trans-escalar dos atores diretamente envolvidos ou afetados pelo projeto, bem como seus interesses, convergências e conflitos, particularmente no que se refere ao enfrentamento dos processos de urbanização e incremento da habitação informal, acelerados pelo anúncio da chegada do Complexo.

No plano de análise aqui adotado, entende-se a implementação deste Complexo enquanto um grande projeto regional (GPR), na medida em que a ele estarão associados diversos níveis de rupturas. Efetivamente, a literatura que trata destes projetos entende-os enquanto conjuntos de intervenções que envolvem a articulação de expressivos investimentos financeiros, institucionais, políticos, simbólicos, urbanísticos e logístico-territoriais. Os GPRs promovem rupturas e impactos em múltiplas dimensões (NOVAIS, 2007) e o empreendimento em tela deverá produzi-los, sobretudo, nas seguintes dimensões:

- Política: articulações renovadas de sujeitos e escalas de ação no território, numa nova geometria de poder que implica na promoção de parcerias público-privadas, na reconfiguração das coalizões políticas que disputam legitimidades e hegemonia no espaço urbano e na emergência de novas instituições e formatos organizativos, como o Consórcio Intermunicipal do Leste Fluminense (CONLESTE)<sup>2</sup> ou o Fórum COMPERJ no Governo do Estado;
- Simbólica: a difusão de um novo projeto de desenvolvimento, as representações que constroem um futuro virtuoso para a região deprimida, a cristalização de valores relacionados à agenda urbana global como “*desenvolvimento sustentável*”, “*empreendedorismo*” e “*responsabilidade social / ambiental*”;
- Econômica: considerado, no Brasil, o maior projeto industrial das últimas décadas, com custo aproximado de U\$ 8 bilhões e tecnologia específica da indústria petroquímica, apresenta a estimativa de criação de mais de 200 mil empregos diretos e indiretos, devendo desencadear rupturas também no que se refere às antigas cadeias produtivas e sistemas produtivos locais;
- Urbanístico-territorial: numa região com baixos indicadores sociais, urbanísticos e de saneamento ambiental o projeto irá gerar espaços que, por sua magnitude e qualidades particulares (como atualização tecnológica e adequação logística), deverá introduzir discontinuidades no território bem como deverá acelerar os processos de urbanização informal e precária, sob forte incremento populacional;
- Fundiária: o gradiente de valores fundiários deverá ter impactos pela capacidade do empreendimento, como GPR, de alterar os “*fatores externos*” que intervêm na determinação dos preços da terra e na conformação e distribuição territorial dos modos de uso do solo e

- Escalar: por estabelecer novos nexos, relações e redes entre as esferas local, regional, nacional e internacional, tanto do ponto de vista dos atores sociais quanto do fluxo das mercadorias e da riqueza.

Certamente, raros ou inexistentes são os GPRs que incidem de modo igualmente intenso e provocam equivalentes efeitos econômicos, urbanístico-territoriais, políticos, fundiários, simbólicos e escalares. Seja como for, a análise de suas múltiplas dimensões permite afirmar que, para além de uma grande obra, “*o grande projeto é uma intervenção portadora de expressivo potencial de ruptura*” (NOVAIS, 2007). Assim, torna-se possível escapar de uma definição puramente quantitativa a respeito de grandes projetos.

O advento deste Complexo, diretamente vinculado à lógica de uma empresa de grande importância estratégica, a Petrobrás<sup>3</sup> (empresa estatal de capital aberto), será capaz de redesenhar todo o quadro de laços políticos e sociais em diversas escalas do território, em prol de uma nova estratégia econômica dominante. A implementação do projeto dará espaço a novas alianças relacionadas a uma nova organização político-econômica do território, mas também à irrupção de atores e conflitos que desafiam as aparentes certezas de um futuro virtuoso, associado ao “*desenvolvimento sustentável*” e recolocam, no plano da análise e da ação política, elementos que configuram um cenário de incertezas (SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2008).

Efetivamente, assiste-se a uma nova conjuntura com a chegada do COMPERJ (anunciado em 2006), cujas obras tiveram início em 2008, prevendo-se a inauguração para 2012. Localizado ao leste da Baía de Guanabara (Leste Fluminense), será instalado no município de Itaboraí, Região Metropolitana do Rio, a cerca de 50 km do município do Rio de Janeiro. Juntamente com a conformação de uma estratégia empresarial de funcionamento da região, há indicação de áreas oferecidas às indústrias petroquímicas com logística facilitada por melhores condições de acessibilidade e escoamento da produção, tendo em vista a construção do novo eixo rodoviário (Arco Metropolitano).

Existe, portanto, por parte do Governo do Estado, um planejamento territorial associado à implementação de uma logística de âmbito metropolitano, diretamente vinculada ao setor da economia do petróleo e articulada pelo futuro Arco Metropolitano. A iniciativa da Petrobrás de implantar este empreendimento passou a ser apresentada como elemento estruturante de um novo modelo de desenvolvimento regional que trará dinamismo econômico a uma região com baixos indicadores econômicos e sociais.

Diante da oportunidade de abrigar o Complexo e captar os benefícios anunciados pela empresa, alguns atores municipais vislumbraram a necessidade de articulação em escala regional. Tal articulação visava formar um fórum de debates e decisões, em função das novas demandas advindas da implantação deste grande empreendimento.

Observa-se que os atores que assumem a liderança do processo de associação passam a construir uma nova referência de região junto a uma nova “*perspectiva de territorialização*” (LEROY; ACSELRAD, 2003), aliada a uma estratégia de ação política e de planejamento territorial. Essa nova associação regional dos diversos atores, portanto, se constitui numa articulação de escalas (SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2003), em função da avaliação dos possíveis efeitos e impactos – diretos e indiretos – do novo Complexo.

Este Complexo tem como “*Área Diretamente Afetada*” (ADA), os municípios que estão no raio de distância de até 10 km do empreendimento (Itaboraí, Guapimirim, Tanguá e Cachoeiras de Macacu), como “*Área de Influência Direta*” (AID), os municípios situados no raio de distância de 20 km (Rio Bonito, São Gonçalo e Magé), e Niterói, Maricá, Casimiro de Abreu e Silva Jardim na “*Área de Influência Indireta*” (AII) (EIA-RIMA / IBAMA, 2007).

Estes onze municípios que enfrentarão impactos em maior ou menor grau, constituíram em 2006 o CONLESTE com o intuito de formatar uma política de ação regional e discutir as principais questões que envolvem a implantação deste empreendimento. Além dele, existem outras organizações e atores (Fórum COMPERJ, ConcreCOMPERJ, Petrobrás, Universidades, Governos Estadual, Municipal e Federal e Caixa Econômica Federal - CEF) que, desde o período de anúncio do projeto vêm emergindo, representando diversos setores da sociedade civil.

Nesta nova perspectiva de territorialização regional vem sendo construído um pacto entre os governos municipais. Começam a ser desenhados e disputados, em evidente tensão, os diferentes papéis que cada parcela territorial correspondente aos municípios terá dentro do projeto de desenvolvimento em grande escala. Esta obedece às racionalidades definidas em variadas escalas, numa complexa articulação política de atores, com evidentes fragilidades e tensões. Há também possibilidades decorrentes de disputas internas e externas entre atores, territórios e o que lhes cabe em termos dos benefícios esperados a partir do empreendimento. Além disto, busca-se identificar pautas e demandas comuns a todos para o enfrentamento dos ônus decorrentes do mesmo.

Tais processos despertam grande interesse investigativo, pois cabe indagar: o que há de inovador na pauta do atual projeto regional no que se refere ao enfrentamento dos efeitos perversos da rápida urbanização provocada pela chegada do empreendimento? Quais as lógicas e racionalidades que estão em disputa no espaço político desse território?

Parece haver conflitos entre projetos com racionalidades divergentes: alguns revelam uma perspectiva imediatista, relacionada aos interesses empresariais ou às elites econômicas locais no sentido de capturar em curto prazo, determinada fatia dos benefícios gerados pelo empreendimento. Outros assumem uma perspectiva assentada no interesse público e buscam instrumentos de planejamento em médio prazo, para enfrentar as repercussões do processo de urbanização acelerado, sobretudo os problemas de acesso à infra-estrutura, crescimento da informalidade habitacional e aceleração do processo de valorização da terra.

O empreendimento sinaliza a criação de novos empregos, nova logística de mobilidade e fluidez na região, associada a grandes obras de engenharia e à capacitação profissional relacionada à idéia de *desenvolvimento regional sustentável*. Tais representações de futuro vêm garantindo a adesão ao projeto por parte de diversos atores. Por outro lado, a difusão desse discurso e das perspectivas associadas ao projeto desencadeará processos de grande atração de população com diversos níveis de carência.

Frente a este possível quadro de acelerado crescimento urbano, desigual e precário, emergem novas questões: serão os gestores públicos capazes de criar estratégias e instrumentos na escala de um planejamento regional que acompanhe a grande demanda urbana e principalmente habitacional, juntamente com acesso à infra-estrutura e saneamento ambiental?

O discurso empresarial, associado às efetivas necessidades de desenvolvimento regional e local, acena com a possibilidade de reinserção do Estado (RJ) no mapa econômico nacional e internacional promovendo, assim, a aceitação do empreendimento por parte tanto dos governos locais quanto dos cidadãos. Tais atores vislumbram a evolução dos incrementos do emprego e fortalecimento das cadeias produtivas locais.

O alerta quanto ao cenário futuro se dá, entretanto, quando são focalizadas outras experiências municipais relativas à chamada *urbanização do petróleo* (SERRA, 2006; PIQUET, 2003), como é o caso, por exemplo, de Macaé. Além das desigualdades econômicas e sociais produzidas por esse modelo de desenvolvimento, ressalta-se, nestes casos, a agudização desse

quadro pelas ações de planejamento e pela falta de controle público e tipo de alocação dos rendimentos advindos do petróleo (*royalties*), realidade também observada em alguns municípios formadores do CONLESTE.

Nesse breve contexto e problematização apresentados, novos atores, modos e esferas de ação política emergem e se afirmam. De maneira ainda incipiente, é possível identificar atores vinculados a diversos interesses e perspectivas de ação territorial frente à dinâmica do empreendimento. Em função deste rearranjo político-geográfico, alguns questionamentos orientam a reflexão nas próximas sessões, a saber:

- Quais são os atores envolvidos neste processo de reconfiguração das dinâmicas territoriais e quais interesses e perspectivas de territorialização representam?
- Quais as potencialidades do CONLESTE no sentido de fazer valer um projeto de desenvolvimento regional forte na perspectiva das políticas públicas de planejamento para os municípios e para a região?
- Quais os conflitos entre os atores que representam diferentes interesses e escalas de ação no que se refere ao enfrentamento da problemática da habitação, crescimento da informalidade e da urbanização acelerados pelo empreendimento?

Para tanto, a primeira parte do artigo caracteriza o projeto do COMPERJ e a política de “desenvolvimento sustentável” que vem vinculada a este grande empreendimento com impactos de proporções regionais, assim como a imagem com que vem sendo projetado para fortalecer o convencimento e a aceitação do mesmo. Na segunda é traçado um breve perfil econômico, social e urbano dos municípios do CONLESTE a fim de identificar os principais processos que podem ser acentuados com a implantação do Complexo, seus impactos e questões relevantes aos quais devem atentar os gestores públicos do território. Por fim, na terceira são apontados os principais atores dessa nova dinâmica de articulação territorial, seus interesses e ações, seguindo, então, às considerações finais.

### **COMPERJ: do Empreendimento à sua Imagem, da Política Empresarial de “Desenvolvimento Sustentável” à Inserção da Região na Escala Global**

A escolha locacional do município de Itaboraí foi fundamentada pela Petrobrás em estudos preliminares de aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais, procurando mostrar sua viabilidade por anos, prevendo expansão. O município foi escolhido por dispor de infraestrutura logística adequada, pela proximidade com os Portos de Itaguaí (103 km) e do Rio de Janeiro, dos terminais de Angra dos Reis e por ser atendido por rodovias e ferrovias, além da proximidade com a Reduc – Refinaria de Duque de Caxias (50 km), com as Plantas Petroquímicas da Rio Polímeros e de Suzano (50 km) e com o Cenpes - Centro de Pesquisas da Petrobrás (38 km).

Sua implantação e seus desdobramentos industriais vislumbram a transformação da vida da população assim como a economia da região nos próximos cinco anos com a criação de um mercado local para o petróleo, hoje exportado com preços inferiores. Os anúncios do empreendimento têm este projeto como “*mobilizador de todos os setores da economia*”, assim como “*promotor, de forma integrada, da oportunidade atrativa de crescimento sustentado para a região*”.

Fruto da parceria da Petrobrás com o Grupo Ultra e o BNDES e ocupando 45 milhões de metros quadrados em Itaboraí, seu diferencial será o uso de tecnologia própria desenvolvida pelo Cenpes, que permite o processamento do petróleo pesado brasileiro para a produção de matéria-prima para a indústria petroquímica. Segundo Paulo Costa, Diretor de Abastecimento

da Petrobrás (Câmara de Comércio Americana do RJ, 2007), “*Este projeto é para a área de Abastecimento algo como foi o Águas Profundas (produção petrolífera em águas profundas) para a área de Exploração e Produção (E&P) em termos de quebra de tecnologia e em termos dos benefícios que ele vai trazer para a indústria petroquímica brasileira*”.

Em 2007, Victor Manuel Martins Pais, Gerente Geral do COMPERJ, afirma que este está sendo considerado o principal empreendimento industrial das últimas décadas no Brasil e o quinto maior do mundo. Continuando, assegura que representa o maior investimento integrado de refino e petroquímica, com inversões previstas de US\$ 8,3 bilhões e, que, na perspectiva oficial, trata-se de “*um projeto que transformará o perfil socioeconômico da região e ajudará a consolidar o Estado do RJ como grande concentrador de oportunidades de negócios*”<sup>4</sup>.

Baseada em estudos da COPPE/UFRJ, a empresa prevê uma economia de aproximadamente US\$ 2 bilhões anuais para o país, fruto da agregação de valor econômico ao petróleo pesado, tendo em vista a tecnologia desenvolvida para refino. Antecipa ainda que o empreendimento vá gerar, aproximadamente, 50.000 empregos diretos e 212.000 indiretos na fase de construção civil. No pós-fase do refino e na produção em larga escala de matérias-primas, serão criados novos empregos, com as chamadas empresas de 2ª e 3ª Geração (de plásticos, montadoras de automóveis e eletrodomésticos) atraídas pelo empreendimento (Sistema FIRJAN, 2008), transformando os produtos petroquímicos em bens de consumo. A expectativa é transformar a região no principal pólo produtor do país.

“*Mas, caberá às cidades montar a melhor estrutura para seduzir as chamadas indústrias de 3ª. Geração, que serão atraídas pelo Complexo e instaladas nos municípios vizinhos a Itaboraí, ao longo do novo eixo rodoviário, o Arco Metropolitano, que ligará Itaboraí ao Porto de Itaguaí*” (PAIS, 2007).

Como indica COSTA (2007), poucas refinarias no mundo (China, Índia e Arábia Saudita) são capazes de processar petróleo pesado. “*O problema é que esta tecnologia é intensiva em energia, grande poluidora e demanda muita água. O COMPERJ é uma economia para o país e é também um desafio em relação aos seus impactos nacionais e até mesmo globais*”.

No plano político, os compromissos se estendem no sentido de utilizar soluções tecnológicas para evitar as emissões de poluentes e tratá-los antes de serem lançados na Baía de Guanabara. Quanto à disponibilidade hídrica, ponto fraco, a Petrobrás, em parceria com o Estado, se compromete em trazer mais água para o Complexo e a população. Parecem tênues e apenas incipientes, entretanto, os canais de controle público que permitam fiscalizar o cumprimento de tal agenda.

Na difusão do empreendimento nota-se a tentativa de articular sua imagem aos seus benefícios sociais e ambientais como projeto regional de “*desenvolvimento sustentado*”. Vincula-se o GPR à valorização do território, à atração de investimentos e à nova dinâmica para economia estimulando, assim, os governos municipais a se lançarem numa disputa competitiva, a fim de capitalizarem os benefícios promovidos pelo empreendimento (VAINER, 2001). A promoção desta imagem como estratégia empresarial para mobilizar a economia local e ganhar adesão política vem trazendo, para o empreendimento, reconhecimento local e regional, assim como inserção renovada nos circuitos globais de fornecimento de petróleo e da indústria petroquímica. No entanto, considerando outros casos urbano-regionais vinculados à economia do petróleo no país, a avaliação dos impactos sociais, territoriais e ambientais que podem ter emergência torna-se de extrema importância.

Faz-se necessário, assim, destacar a associação das estratégias locais do empreendimento com os atributos que, no plano simbólico, são acionados para difundi-lo e

ganhar legitimidade: “o espaço articula duas dimensões, aquela da localização e aquela que dá conteúdo a esta localização, que o torna singular (...) desta forma são as cidades e regiões que são vendidas dentro das políticas do estado e dos agentes econômicos privados, que procuram cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das regiões nos fluxos globais” (SANCHEZ, 2001). Tal agenda estratégica de “atualização” do território às novas exigências da economia vem sendo implementada em escala estadual (Arco Metropolitano) bem como regional (ligações rodoviárias, acesso ferroviário ao Complexo) e local (terraplanagem, estruturas de mobilidade).

Essas novas estratégias emergem a partir dos anos 90, mostrando que o capital opera com uma nova lógica em termos locais, implicando em formas renovadas de uso do território. Os empreendimentos estão associados a um novo arranjo de atores públicos e privados. Trata-se do “*empresariamento*” da gestão do território (HARVEY, 1996), com a formação de complexas redes de coalizões sócio-políticas voltadas para a organização do espaço, com o objetivo de adequá-lo à atual dinâmica das regiões e inseri-lo no atual circuito de reprodução e valorização capitalista.

Os GPRs vêm também associados à renovação tecnológica, à busca de qualificação da força de trabalho, às tecnologias de comunicação, bem como à logística das infra-estruturas viárias, capazes de permitir rápida movimentação de mercadorias. Desse modo, para o capital, a região se destaca pela possibilidade de ofertar rentabilidade de investimentos e essa rentabilidade é maior ou menor em virtude das condições locais de ordem técnica e organizacional (SANTOS 1996; OLIVEIRA, 2005). O consumo produtivo do território “*capturado*” pelas novas relações de produção requer obras de infra-estrutura, operações logísticas de otimização de fluxos e obras de modernização tecnológica que agregam densidade técnica ao lugar para a atração de investimentos e empresas (SANCHEZ, 2001).

O Arco Metropolitano<sup>5</sup> rodoviário, desdobramento do COMPERJ, vem sendo considerado um relevante projeto para a logística regional como articulador de rodovias, facilitador do transporte de cargas e escoamento de mercadorias para os portos do RJ e Itaguaí. Criando a ligação rodoviária entre Itaboraí e Itaguaí, esta é a mais expressiva das muitas intervenções previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o RJ. Há mais de 30 anos no papel, este investimento exigirá R\$ 650 milhões do Governo do Estado e, segundo o Secretário de Obras do Estado, atrairá mais de R\$ 30 bilhões (AEERJ, 2007). Deverá assumir, então, o papel de ligação dos projetos relacionados com o desenvolvimento do Leste Fluminense, como: a implantação da Siderúrgica do Atlântico (zona oeste do Estado); as novas instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (Itaguaí) e a ampliação do Porto de Itaguaí.

A racionalidade da empresa está direcionada, prioritariamente, pela expectativa de crescimento econômico. Setores dos governos locais e da sociedade civil atribuem ao empreendimento, no entanto, um papel motor para o incremento da qualidade de vida dos cidadãos. O confronto entre tais racionalidades, em sua essência, contraditórias, tende a dar emergência a conflitos. Alguns autores alertam para o perigo de que difusão de benefícios sociais, advindos de GPRs, possa ser apenas uma “*estratégia de convencimento para apropriação dos fundos públicos e mascaramento dos propósitos reais de inserção econômica, cujo resultado final pode não ser a melhor condição de vida da população local*” (BORTOLETO, 2001). Mesmo com o processo em curso e, portanto, com insuficiência de material, é importante considerar tal hipótese diante de cenários reais conhecidos e já concretizados com a implantação de grandes projetos petrolíferos.

A partir do COMPERJ está se configurando uma nova rede de relações, com a redefinição dos limites de novos processos produtivos e de sua complexa geometria escalar que, para efeitos

de análise, apresenta uma articulação intra-regional, junto às redes locais, nacionais e globais aonde se insere. Percebe-se uma nova territorialização com a consolidação de uma nova área industrial no Estado, fortalecendo os laços entre a Região Metropolitana e o Interior Fluminense, mediante a reestruturação econômica em curso. Mais uma vez, o capital toma a frente e comanda a organização territorial.

Entretanto, deve-se considerar que “*as mudanças no cotidiano, percebidas com a chegada do outro, geram momentos de instabilidade para os moradores, de redefinição do seu espaço social, dos usos e apropriação destes*” (PEIXER, 1993; BORTOLETO, 2001). Este é o mesmo território que ocupou posições destacadas em séculos anteriores, com períodos de ascensão e declínio econômicos e políticos e que recomeça um novo ciclo ligado à indústria do petróleo (BIENENSTEIN, 2008).

Apesar das mudanças que o território sofrerá nesse início do século XXI e dos prováveis efeitos desiguais do GPR na vida social, hoje as representações positivas constituem, de forma articulada, uma estratégia de afirmação do projeto. Ele sinaliza, no plano simbólico, um quadro de “*desenvolvimento*” e “*pujança*”, com promessas de mudança do perfil econômico e social dos municípios e região, num contexto de aparente ação consensuada, equilíbrio e cooperação entre as instituições parceiras, esferas de governo e administração pública em prol do projeto.

Se, por um lado, o empreendimento vai acentuar dinâmicas de transformação, por outro, há dúvidas quanto aos seus impactos territoriais. A escolha por Itaboraí foi motivo para acelerar as estruturas de planejamento territorial locais, de extrema importância neste momento, frente aos problemas da urbanização acelerada e de falta de infra-estrutura urbana. Embora mostrem esperança quanto aos cenários futuros, cidadãos e gestores públicos expressam preocupações quanto ao incremento populacional, evidências de especulação da terra, novas demandas de espaços urbanizados, significativo número de lotes urbanos vagos sem infra-estrutura, baixo índice de saneamento ambiental urbano e urbanização abrupta, sugerindo cenário de “*desenvolvimento a qualquer preço*” (TOLEDO, 2008).

Alguns associam o novo empreendimento à oportunidade de emprego e à possibilidade de melhoria no seu setor de atividade. Outros, à elevação do custo de vida e aumento da violência. Muitos temem reiterar o caráter cíclico da economia, seus períodos de pujança e decadência e ressaltam a curiosa coincidência da localização do empreendimento, onde se localizava a próspera Vila Santo Antonio de Sá, vislumbrando ali um recomeço aonde “*tudo começou*” (BIENENSTEIN et. al., 2008).

Difundidos sob o prisma da modernização e do desenvolvimento, os exemplos anteriores dos chamados “*grandes projetos de desenvolvimento regional sustentáveis*”, ao invés de reduzirem as disparidades regionais, com a desconcentração industrial e abertura de frentes de trabalho nas regiões deprimidas, têm provocado, nas regiões de implantação, graves efeitos, como a desestruturação das atividades pré-existentes, o crescimento populacional desenfreado e a degradação ambiental (VAINER; ARAUJO, 1992; BORTOLETO, 2001). VAINER (1992) caracteriza tais GPRs como “*enclaves*” já que são implantados na região e não nascem de seu processo de desenvolvimento, portanto, não expressando as forças sociais, políticas e econômicas endógenas.

O que se observa no Leste Fluminense é uma reestruturação territorial apoiada nos três pilares que lhe conferem sentido (LEFEBVRE, 1993): “*prático-estratégico*” (novas estruturas de gestão, macro-planejamento regional, COMPERJ, coalizões e parcerias público-privadas), “*logístico*” (Arco Metropolitano, rodovias, portos, intermodais) e “*simbólico*” (legitimação do projeto por meio do discurso do desenvolvimento sustentável).



### **O Perfil do Leste Fluminense e os Processos de Aceleração da Urbanização**

Um dos traços mais importantes da formação regional brasileira até 1980 foi o progressivo crescimento de população nos centros urbanos. A partir daí, tal dinâmica se altera, observando-se uma reversão expressiva à tendência anterior de concentração nas metrópoles com redução significativa no dinamismo do crescimento urbano, acompanhada pela diminuição, no processo de concentração nas grandes cidades. O declínio do processo de concentração em grandes cidades foi acompanhado por uma “periferização” do crescimento metropolitano muito importante, com a taxa de crescimento dos municípios periféricos sendo significativamente maior que o dos municípios núcleos (NETO, 1995).

Neste caso, a grande maioria dos municípios do entorno do Complexo apresentam uma configuração de *ciudades-dormitórios*, cuja população está fortemente vinculada ao mercado de trabalho das grandes cidades do entorno, RJ e Niterói. Porém, em alguns municípios (como, por exemplo, em Maricá) novas configurações, como condomínios e resorts, começam a disputar espaço com a urbanização que prevaleceu nas últimas décadas, transformando-se em um evidente fator de irrupção do conflito: valorização da terra, pressão por deslocamentos populacionais, alterações nas normativas urbanísticas para acolher e promover tais mudanças de uso do solo.

Analisar este território e o impacto de um empreendimento de tal envergadura como alternativa para a crise histórica torna necessário relembrar a desigualdade estrutural intra-regional e o declínio do Estado desde a perda da capital para Brasília, a saída dos bancos para São Paulo e a decadência da agricultura fluminense por falta de atualização tecnológica. Paralelamente, a cidade do RJ tem deixado de atrair serviços e sedes de grandes corporações.

Na década de 1990, surge uma tentativa de recuperar o potencial fluminense de atração de investimentos a partir da exploração do petróleo no seu litoral. O recebimento de royalties do petróleo passa a representar uma das principais fontes de receita, se não a principal, em alguns municípios. Mesmo assim, a realidade não se altera e o Estado ainda apresenta um dos índices mais baixos em relação às taxas de pobreza e marginalidade social, segundo indicadores nacionais.

Avaliando os processos de formação regional, pode-se assumir as metrópoles brasileiras enquanto centros de gestão do território, considerando para isso sua atuação espacial no que se refere ao controle de atividades econômicas no espaço brasileiro. Entre suas funções principais, onde se inclui as relativas ao controle das atividades econômicas criadas por empresas nelas sediadas, estão gestão do território, necessidade da corporação de tomada de decisões políticas e econômicas, como conceber, planejar e gerenciar o ciclo de reprodução do seu capital de complexa dimensão territorial.

Segundo CORRÊA (1995), o controle da metrópole está diretamente ligado à relação com as empresas que detêm as principais atividades industriais, conseqüentemente as que concentram capital. Este é o papel da Petrobrás. Como demonstra RAMIRES (1991) em seu estudo sobre a ação da empresa em Macaé – RJ, a qual ocupa relevante posição na organização espacial brasileira devido tanto à importância dos bens produzidos e serviços prestados, como também ao próprio impacto sobre tal organização.

Além do forte papel da empresa na formação das estruturas regionais, a ela está associado um novo padrão tecnológico das estruturas produtivas. Essas novas referências permitem ao capital e seus agentes a redefinição de formas e estratégias de produção do espaço social e de organização do território, a partir de estabelecimentos de novos padrões de relação com a força de trabalho e com os sujeitos que dominam e administram os usos do território. São instituídas mais intensamente relações de poder que têm origem em diferentes escalas, ou seja, que estão sob a influência direta dos novos centros de poder situados nas escalas

mundial, nacional e regional, conjugando interesses de agentes econômicos e sociais (OLIVEIRA, 2005).

Essas dinâmicas são responsáveis pela expansão das grandes manchas de urbanização e, conseqüentemente, pelo surgimento e crescimento dos assentamentos informais. Os movimentos migratórios provocados pelos supostos benefícios urbanos da nova dinâmica econômica nem sempre têm suas expectativas satisfeitas. A realidade competitiva imposta pelo sistema capitalista, acentuada pela globalização, vem sendo geradora de desigualdades sociais evidenciadas nas paisagens urbanas radicalmente desiguais. Uma grande parcela pobre da população, situada à margem de direitos, encontra-se hoje nas áreas urbanas expondo paisagens onde se reconhece a urbanização desigual geradas pelos processos de “desenvolvimento”.

O rendimento mundial cresceu cinco vezes e o rendimento por pessoa duas vezes e meia, em cinquenta anos (LEROY; ACSELRAD, 2003). A riqueza real mundial cresceu duas vezes mais do que cresceu a riqueza da população mundial (PNUD, 1994), ou seja, o ganho foi distribuído de forma extremamente desigual, aumentando a exclusão social.

Leve-se em conta que dos onze municípios do CONLESTE, quatro deles são beneficiados pelos *royalties* do petróleo. São eles: Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Rio Bonito, que receberam valores que variaram de R\$ 3 até 23 milhões, em 2002 (CTPETRO, 2003). E em 2006, só Casimiro de Abreu (26 mil habitantes) recebeu aproximadamente R\$ 83 milhões e Silva Jardim (21 mil habitantes) R\$ 14 milhões (SERRA, 2006). Esses valores, infelizmente, não se refletem na região quando se avaliam o crescimento populacional, a demanda da evolução urbana e os índices de infra-estrutura urbana, saneamento, habitação, emprego e renda.

O território do CONLESTE tem uma população de 2.026.276 habitantes (IBGE, 2005), sendo que mais de 384.564 pessoas (18,0%) moram em assentamentos precários (IBGE, 2001). A população economicamente ativa – PEA - desta região é de 1.418.393 pessoas (70% da população total), sendo que 425.517 (30% da PEA) estão vinculadas ao mercado de trabalho formal com carteira assinada. Observou-se que no ano 2000, segundo o IBGE, o percentual de domicílios permanentes urbanos atendidos pela rede de abastecimento de água, em todos os municípios do CONLESTE era inferior à média do Estado do RJ (87,97%). E em relação ao esgotamento sanitário, seis dos onze municípios da região possuíam menos de 35% de seus domicílios permanentes urbanos com acesso à rede geral. Efetivamente, são marcantes as desigualdades em termos de saneamento ambiental entre os municípios do CONLESTE. Especialmente os dados referentes ao acesso às redes de água encanada e esgoto deveriam nortear investimentos responsáveis por melhorar a qualidade de vida da população mais diretamente impactada pelo COMPERJ (ver Gráficos 1 e 2). Tais dados mostram desigualdades claras em termos ambientais. Alguns municípios apresentam percentuais razoáveis (Niterói), enquanto outros mostram fragilidades marcantes, como Itaboraí, onde o COMPERJ será instalado.

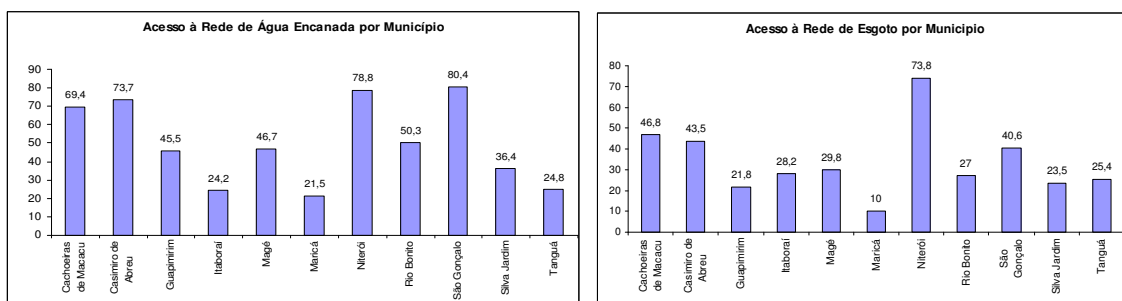


Gráfico 1 e 2. Fonte: Tribunal de Contas do Estado TCE- 2006.

A região, responsável por um PIB da ordem de 16,7 bilhões em 2005, equivalente a 6,6% do PIB fluminense (CIDE, 2005), apresenta marcante desigualdade no salário de trabalhadores do CONLESTE, e que ainda 32,46% recebem até 1,50 salários mínimos (SM), 40,12% recebe entre 1,51 a 3,0 (SM) e somente 2,10% recebe acima de 15 (SM). Quanto ao grau de instrução das pessoas empregadas com carteira assinada nota-se que somente 9,4% possuem estudo superior completo<sup>6</sup>, 34% possuem 2º grau completo e 29,67% possuem até 8ª série completa. Os assentamentos precários ocupavam, em 2000, uma área de 11,31 km<sup>2</sup>, ou seja, 1,68% do total da área urbana dos municípios do CONLESTE. Estas ocupações totalizavam 49.193 unidades habitacionais de um total de 571.284 domicílios (IBGE, 2000).

Efetivamente, a “*periferia do capitalismo*” à qual Mike DAVIS (2006) se refere, apresenta hoje uma grande mancha urbana de pobreza. Grandes áreas de irregularidade e informalidade combinadas são produtos do agravamento das desigualdades sociais. A emergência de favelas, junto à expansão dos assentamentos já existentes, se apresenta não como um problema, mas como uma solução para esta parcela da população. Tal ocupação traz a desvalorização de terras aos olhos do mercado imobiliário, no entanto acolhe um poder paralelo que se instala com facilidade, diante da ausência de políticas públicas, transformando as áreas informais em símbolos de marginalidade e violência.

Os processos de urbanização característicos da região em foco parecem explicitar esta tendência de generalização da informalidade, tendência esta que poderá tornar-se mais aguda, a considerar as experiências passadas dos municípios onde se instalaram empresas petroleiras cujos efeitos foram bastante negativos: forte pressão populacional à busca de emprego, serviços e equipamentos públicos em um cenário de ausência de planejamento urbano-regional para atender às novas demandas e incipiente política habitacional.

O padrão de ocupação territorial se mostra bastante semelhante na maioria dos municípios do CONLESTE. Tradicionais características rurais aparecem combinadas com crescentes ocupações irregulares, carência de infra-estrutura de saneamento ambiental, problemas de transporte e mobilidade urbana e instrumentos precários de política e planejamento urbano-regional. Ressaltem-se, contudo, as exceções quanto a essa tipologia rural de ocupação, nos casos de Niterói e São Gonçalo, municípios que possuem grande área urbana em relação à sua área total e onde é forte a verticalização e o adensamento.

### **O Projeto Regional, a Geometria dos Atores e as Escalas de Ação**

O modelo de desenvolvimento regional em pauta, aquecido pelo atual período de empresariamento da gestão do território vem construindo sua imagem a partir da ação combinada de governos locais junto com atores hegemônicos com interesses localizados e instâncias políticas locais em associação com instituições supranacionais e agências multilaterais<sup>7</sup>. Trata-se da produção de estratégias transescalares (VAINER, 2001; SWYNGEDOUW, HEYNEN, 2003):

*“O local, a cidade em primeiro lugar, constitui escala e arena de construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas”* (VAINER, 2001). Neste contexto, são definidos objetivos ambiciosos, como o combate às desigualdades sociais baseado na organização e luta popular, com o desafio adicional de enfrentar a resistência ao projeto neoliberal de reconfiguração escalar. Neste sentido, *“ações devem ser desenvolvidas na esfera regional, nacional e internacional, para criar alternativas de alianças e acordos de cooperação que favoreçam a coalizão popular e o fortalecimento de projetos”* (VAINER, 2001).

O papel do planejamento e dos instrumentos municipais de controle do uso do solo será de extrema importância neste novo momento de crescimento da região. Além de Planos Diretores, será fundamental que os atores mobilizados pela construção de uma agenda de interesse público definam outros instrumentos e estratégias que considerem a complexidade

dessa nova realidade, avaliando as rupturas que o modelo hegemônico relacionado ao GPR vem produzindo na região. Numa perspectiva de planejamento regional, o CONLESTE poderá vir a se constituir em sujeito político protagonista desta agenda com recomendações e pautas de gestão dos transportes e mobilidade regional / metropolitana; parâmetros de uso e ocupação do solo ao longo dos grandes empreendimentos viários, particularmente, o Arco Metropolitano; captação e tratamento de recursos hídricos e mananciais de abastecimento; saneamento ambiental; gestão de reservas e áreas de proteção florestal; gestão de resíduos e controle de efluentes.

Entre os desafios a enfrentar destacam-se os fortes movimentos especulativos baseados na representação socialmente difundida de riqueza súbita a partir da implantação do novo empreendimento. Para tanto, será necessário desencadear e fortalecer o planejamento e a gestão municipal em comunhão com a perspectiva de ação regional, com efetivo controle sobre as dinâmicas do livre-mercado. Na região, o clima instalado já aponta fortes sinais de processos especulativos como, por exemplo, placas de terrenos à venda com o apelo mercadológico estampado “*próximo à refinaria*” ou anúncios oferecendo “*cursos preparatórios para trabalhar no Complexo*”.

Efetivamente, a região se ressentida da ausência de um projeto de desenvolvimento concebido pelas organizações sociais, governos locais e articulações de atores regionais com as diversas esferas de gestão pública, capazes de gerar uma pauta para o desenvolvimento, com efetiva distribuição de riqueza e renda, enraizada nos anseios dos setores populares.

Nessa pauta, a diversificação e o fortalecimento de cadeias produtivas de base local e regional, além da capacitação para o trabalho devem estar referenciados a práticas econômicas e também culturais, que façam parte da relação dos cidadãos com o território e com sua base identitária, como é o caso da manufatura do barro, indústria cerâmica ou cultivos agrícolas.

Pode-se pensar nas potencialidades de uma pauta construída a partir de um processo de planejamento participativo que coloque os atores locais e regionais como protagonistas de seu futuro, enquanto, construtores da escala e da referência da “região” hoje em franco processo de reestruturação e enquanto participantes ativos do projeto de desenvolvimento e de integração regional, em suas dimensões ambientais, econômicas, culturais e sociais.

Segundo pesquisa realizada pelo Sistema FIRJAM, “*considerando um cenário conservador*”, a migração não é necessária já que a quantidade de mão-de-obra disponível na localidade é suficiente para suprir a demanda, sendo esta devidamente qualificada. Esta questão da mobilidade urbana não deve, no entanto, ser confundida com a migração que poderá ser induzida pela perspectiva de crescimento econômico da região, sem respaldo nas perspectivas efetivas de geração de empregos. A migração de desempregados é estimulada pela forma como se vende a imagem do empreendimento e do desenvolvimento da região, com anúncios de oportunidades ilusórias ou com a atração que o aumento efetivo da renda na região gerará sobre o contingente de *sub-empregados* e trabalhadores informais.

Caso 20% da população desempregada da AIA se dirigisse à AID, tal migração implicaria em um aumento de 9% da população, dobrando a taxa de desemprego nesses municípios, gerando impactos potencialmente graves sobre a qualidade de vida local, hoje já comprometida. Mesmo os municípios que receberão menos investimentos para a expansão da produção ou novas indústrias, poderão sofrer grandes impactos em sua economia e estrutura social e devem estar preparados para tal. São os casos de Tanguá, Guapimirim, Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Com relação à capacitação de mão-de-obra, pode-se considerar que São Gonçalo e Rio Bonito se destacariam com potenciais superiores; Niterói e Maricá como potencial intermediário e Itaboraí, Tanguá, Magé, Guapimirim, Cachoeiras de Macacu, Silva Jardim e Casimiro de Abreu como potencial inferior. Segundo a distribuição espacial da capacidade de produção, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Guapimirim e Rio Bonito se destacam, ficando Maricá e Niterói em último plano (Sistema Firjan, 2008).

Uma breve caracterização dos atores vinculados ao COMPERJ parece necessária para compreender a intrincada rede de relações de poder que constitui essa trama (além do CONLESTE), assim como os espaços aonde os conflitos podem ser identificados e desvendados.

Criado em agosto de 2006, o Fórum COMPERJ tem como propósito o planejamento e a execução de políticas públicas em Itaboraí e nos municípios do seu entorno. Formado pelos secretários de Estado, prefeitos dos municípios do CONLESTE e pelo presidente da Assembléia Legislativa (Alerj), o Fórum conta também com a participação do MIC, do BNDES, da CEF, da Petrobrás e de organizações da sociedade civil (Universidades, sindicatos, setores empresariais, industriais, de comércio, etc).

*"Não queremos cometer os erros do passado, em que tivemos de pensar soluções depois que os problemas apareceram"*, afirmou o diretor de Abastecimento da Petrobrás na Amcham do Rio de Janeiro.

Um dos integrantes do Fórum é o Conselho Comunitário Regional do COMPERJ (ConcreCOMPERJ), que envolve 14 municípios do entorno do Complexo. Este Fórum torna-se essencial para pensar a região e para mitigar os efeitos do crescimento e urbanização acelerados, ressaltando a importância da participação da sociedade na condução, fiscalização e no acompanhamento do poder público.

O papel do MIC está orientado ao setor da habitação. Em dezembro de 2008, este Ministério desenvolveu um workshop no município de São Gonçalo, informando a necessidade dos gestores municipais formadores do CONLESTE estarem atentos às exigências de elaboração dos Planos Municipais de Habitação (PMH). De forma a cumprirem e acompanharem as metas do Plano Nacional de Habitação (PNH), que tem como objetivo principal minimizar o déficit habitacional nacional estimado em 6.200 milhões de habitação (MIC, 2008), o evento promoveu o início de etapas de capacitação para técnicos dos setores específicos das Prefeituras Municipais. Um déficit habitacional médio, apontado nesta reunião, estimado para a região do CONLESTE foi de aproximadamente 235 mil unidades habitacionais, chegando a ter 13% dos domicílios permanentes urbanos de todo o CONLESTE em assentamentos precários.

Durante todas as palestras foi explicitada a necessidade de articulação entre os planos municipais em suas fases de elaboração. Segundo Júnia Santa Rosa (SNH/ MIC) é papel dos agentes municipais atuarem com intenção de frear a especulação imobiliária a fim de produzirem reservas municipais de terras para aquecer a oferta de produção habitacional para a baixa renda e afirma ainda que *"sem este estoque de terras o município não conseguirá segurar a onda de especulação e valorização imobiliária trazidos pelo COMPERJ, e que se instaurará sem ter área livre para a baixa renda"*. Observa-se, ainda, que o PNH está sendo trabalhado para a diversificação dos atores contemplados nas linhas de crédito para as faixas de renda C e D, e que tais ações deverão ser absorvidas pelos municípios.

### **Considerações Finais**

Em contexto regional de grandes transformações territoriais e urbanas, cujas condições sociais, econômicas e ambientais vêm sendo redefinidas de modo profundamente complexo e problemático, parece necessário questionar a noção – precária – de desenvolvimento sustentável, difundida como possibilidade genérica e generalizável do projeto de desenvolvimento em curso, liderado pela instalação do COMPERJ e foco do presente trabalho.

Da perspectiva crítica, há processos econômicos, urbanos e ambientais que afetam negativamente alguns grupos sociais enquanto beneficiam outros. Um projeto urbano-regional justo precisa sempre considerar quem ganha e quem paga o ônus do chamado "desenvolvimento", recolocando "sérias questões a respeito das relações de poder – e a

geometria escalar dessas relações – mediante as quais as condições sociais das mudanças no território são produzidas e mantidas” (SWYNGEDOUW; HEYNEN, 2003).

Efetivamente, as desigualdades criadas pelas formas simultaneamente globais e locais do capitalismo têm criado processos de urbanização profundamente injustos. As relações de poder que vêm moldando um projeto de desenvolvimento para a região do Leste Fluminense vêm sendo tecidas e alteradas por grupos de atores e escalas, em processos assentados em densas camadas de redes locais, regionais, nacionais e globais. *Insights* orientados à teoria crítica da produção do espaço bem como à ação política são necessários para a construção de agendas alternativas à dominante, capazes de balizar políticas públicas comprometidas com o enfrentamento da urbanização desigual.

Além de grandes desigualdades econômicas e sociais produzidas por essa economia proveniente do acelerado crescimento urbano, a maior preocupação pode ser caracterizada pela tendência desses gestores se centrarem nos rendimentos advindos do petróleo, como é o caso dos municípios beneficiados pelos *royalties*, e deixarem de incentivar outros setores da economia local que com o passar dos anos passam a ser atrofiados e até mesmo pouco vantajosos.

É preciso lembrar que a economia do petróleo tem características efêmeras e limites físicos de exploração. Portanto, os riscos de se calçar as bases da economia em um produto altamente lucrativo, no entanto temporário são grandes, principalmente quanto ao rumo de se produzir uma monocultura do petróleo.

Conclui-se, portanto, pela necessidade de aprofundamento da articulação de atores em prol de um programa político capaz de abraçar um conteúdo democrático na construção de agenda que identifique as estratégias mediante as quais possa ser alcançada uma distribuição mais equitativa e inclusiva dos benefícios da urbanização, com instrumentos de gestão territorial e de planejamento regional que enfatizem a infra-estrutura e a habitação de interesse social, produzindo políticas públicas para enfrentar o cenário de incertezas e conflitos advindos da instalação do empreendimento.

## Referências

- AEERJ. Associação dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro. Revista CONSTRUIR, Rio de Janeiro: AEERJ, 2007.
- BIENENSTEIN, Regina; AMARAL, Daniela; BARROS, Danielle; GOMES, Francilene; GUTERMAN, Bruna; PANDIÁ, Epitácio; SANCHEZ, Fernanda. Vila Santo Antônio de Sá: as heranças de um território em transformação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008 (inédito).
- CASTRO, Antônio. (Coord.) Projeto CTPETRO / Instituto Nacional de Tecnologias. Relatório de Impactos Sociais da Atividade de Exploração do Petróleo e Produção de Petróleo nas Regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense, 2003.
- CIDE. Anuário Estatístico Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Metrôpoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Ed. Bertrand, Brasil, 1995.
- COSTA, Paulo Roberto. Diretor de Abastecimento da Petrobras. Palestra na Câmara de Comércio Americana (Amcham) do Rio de Janeiro, julho, 2007.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução Beatriz Medina. São Paulo. Ed. Boitempo, 2006.
- FIRJAN. Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Elaboração Técnica Fundação Getúlio Vargas. Revista n.1, maio, 2008.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates, ano XVI, n. 39, 1996.
- IBAMA. EIA-RIMA, Estudo de Impacto Ambiental do COMPERJ. Outubro, 2007.
- IBGE. Anuário Estatístico Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. London, Blackwell, 1993.

LEROY, Jean-Pierre; ACSELRAD, Henri. Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

NOVAIS, Pedro; OLIVEIRA, Fabrício; SANCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. Anais do XII ENANPUR, Belém do Pará, 2007.

NETO, Leandro Guimarães. Desigualdades regionais e federalismo. Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento. Ed. Fundap, 1995.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Reestruturação econômica, planos de desenvolvimento e mudanças territoriais no Estado do Rio de Janeiro. Revista de Economia Fluminense, p. 06 - 16, 2006.

PAIS, Victor Manuel Martins. Complexo Petroquímico do Rio marca a retomada da Petrobrás no setor COMPERJ. Revista de Economia Fluminense p.37– 38, 2006.

PEIXER, Isabel In BORTOLETO, Elaine Mundim. Efeitos de grandes projetos no desenvolvimento econômico e social. Anais IX ENAMPUR, Rio de Janeiro, 2001.

PIQUET, Rosane. (Org.) Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano, 1994.

RAMIRES, Júlio Cesar. A ação da Petrobrás em Macaé. Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento. Ed. Fundap, 1995.

SÁNCHEZ, Fernanda. Cidades reinventadas para um mercado mundial: estratégias trans-escalares nas políticas públicas urbanas. Anais IX ENANPUR, Rio de Janeiro, 2001.

SANTA ROSA, Júnia. Palestra da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica/ SNH. Seminário Capacitação Técnica: Planos Municipais de Habitação. São Gonçalo, novembro, 2008.

SANTOS, Milton. O retorno do território In: SANTOS Milton ET alli (orgs.) Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Ed. Hucitec: ANPUR, 1996.

SERRA, Rodrigo. Economia Política da Distribuição dos Royalties Petrolíferos no Brasil, 2006; Conferência; Ciclo de Palestras de História; Universidade Salgado de Oliveira; Campos dos Goytacazes; BRASIL, 2006.

SWYNGEDOUW, Erik. Spaces of globalization. Neither global nor local, globalization and the politics of scale. Ed. Kevin R. Cox , 1997, the Guilford Press, New York.

SWYNGEDOUW, Erik; HEYNEN, Nikolas Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale. Oxford: Antipode, 2003.

TCE .Tribunal de Contas do Estado, 2006.

TOLEDO, Paulo. Secretário Municipal de Planejamento. Prefeitura de Itaboraí. Entrevista concedida em 18/02/2008.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas. Anais do IX ENANPUR, Rio de Janeiro, 2001.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi encaminhada à Comissão Científica do XIII Encontro Nacional da ANPUR (Associação Nacional de Pesquisa Urbana e Regional). Tal artigo, aprovado, será apresentado em maio de 2009 em Florianópolis, SC, Brasil durante o referido evento.

<sup>2</sup> O CONLESTE é formado por: Casimiro de Abreu, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Marica, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá.

<sup>3</sup> Observe-se, como exemplo, os efeitos da atual crise financeira de escala global nas ações estratégicas nacionais da empresa.

<sup>4</sup> Artigo publicado na Revista de Economia Fluminense em 2007.

<sup>5</sup> Henrique Ribeiro, presidente do DER-RJ, “esta será a grande via de Desenvolvimento do Estado, gerando 58 mil novos empregos durante a construção e 10,8 mil após a entrada dos empreendimentos em operação” (revista CONSTRUIR AEERJ / 2007).

<sup>6</sup> Num universo de 37.153 pessoas empregadas formalmente com nível de estudo universitário completo, Niterói tem 67% da mão de obra empregada (24.878 pessoas).

<sup>7</sup> A Petrobrás foi uma das empresas signatárias do Pacto Global da ONU, em 2003, aderindo aos princípios do chamado desenvolvimento sustentável e comprometendo-se a contribuir, desta forma, para alcançar os Objetivos e as Metas do Milênio propostos pela ONU.